

A novidade veio dar à praia:

Produção do espaço, Turismo e Conflitos Socioespaciais
no Litoral Brasileiro

**Cristina Pereira de Araujo (Universidade Federal de Pernambuco,
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Urbano - MDU, Departamento de Arquitetura e Urbanismo)**

**Luciano Muniz Abreu (Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Professor do CAU UFRRJ e Pesquisador Associado ao
PPGDT UFRRJ)**

RESUMO GERAL

*A novidade veio dar à praia, na qualidade rara de sereia
Metade o busto de uma deusa Maia, metade um grande rabo de baleia
A novidade era o máximo, do paradoxo estendido na areia
Alguns a desejar seus beijos de deusa
Alguns a desejar seu rabo pra ceia
Ó mundo tão desigual, tudo é desigual
De um lado este carnaval, do outro a fome total
E a novidade era guerra entre o feliz e o esfomeado
Estraçalhando uma sereia bonita, despedaçando o sonho pra cada lado.
(A Novidade – Gilberto Gil)*

Por definição da Organização Mundial do Turismo, o Turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo superior a um dia e inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Esta atividade que movimenta mais de 1 bilhão de pessoas pelo mundo consome e produz espaço para sua realização, nos centros emissores, receptores e nos espaços de deslocamento.

Para se realizar, o turismo acaba por cooptar o espaço para seu consumo, apropriando-se dos sistemas de objetos existentes e criando novos objetos para seu uso, exacerbando, portanto, o valor de troca dos lugares, porque os toma como um produto, uma mercadoria, suplantando o valor de uso. Nesse sentido, as relações entre turismo e território devem ser pensadas considerando o imenso jogo de práticas e disputas socioespaciais em que esta atividade se insere, cabendo entender qual o lugar que a

atividade ocupa na produção do espaço urbano e seus desdobramentos nos processos contemporâneos de fragmentação socioespacial.

Parte-se da premissa que a atividade turística condiciona de forma significativa a produção do espaço, sendo o Estado e o mercado, os seus grandes agentes produtores e defensores que, a depender de suas ações (*o paradoxo*), podem contribuir para reforçar os laços existentes do lugar, as horizontalidades¹, ou então, acirrar os conflitos (disputas), contribuindo para a inserção de verticalidades², ao introduzir objetos estranhos ao lugar, promovendo assim, uma maior fragmentação socioespacial³ (Lacerda, 2011).

Com uma extensão de mais de 7.000km, estendendo-se por 17 estados e abrigando 275 municípios de norte a sul do País, a zona litorânea brasileira é, por excelência, lugar de fruição das atividades de turismo e lazer. Se outrora a interface com o mar trouxe as vantagens da exploração dos recursos marinhos e o favorecimento da circulação de mercadorias intercontinentais através de seus portos, a partir da segunda metade do século XX, observa-se a apropriação da beira-mar pelas atividades de turismo e lazer.

Com efeito, a partir dos anos 1990 constata-se uma atuação mais contundente do Estado no sentido de dinamizar a atividade turística (*a sereia, a novidade*), enquanto política pública federal e sob o pretexto de se gerar emprego e renda. É nessa época que se inicia o Prodetur/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo para a Região Nordeste) e que sacramenta as parcerias público privadas direcionadas ao turismo, cabendo ao Estado a provisão das infraestruturas, notadamente estradas e aeroportos, e ao mercado, a instalação de equipamentos com fins turísticos, contando com generosos subsídios fiscais por parte da União, Estados e Municípios.

O resultado observado a partir de então, tem sido as grandes intervenções urbanas nas frentes d'água das capitais somadas à ocupação intensa da costa dos núcleos urbanos menores, onde as segundas residências, oriundas da ocupação do período desenvolvimentista brasileiro (anos 1970) tem sido substituídas e/ou associadas a resorts, configurando-se em empreendimentos turísticos imobiliários, de tamanha monta que chegam, em alguns casos, a serem promovidos pelo mercado imobiliário como bairros ou cidades planejadas. À medida que essa urbanização turística avança de forma efetiva e se apropria dos espaços naturais e construídos mais valorizados tende a gerar não apenas impactos ambientais como também conflitos com a população autóctone cuja mobilidade e

¹Para Milton Santos (2006), as horizontalidades são definidas como “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm neste território a despeito da vontade de unificação e homogeneização típica das verticalidades”. A presença dessas verticalidades produz tendências à fragmentação, com a constituição de alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades”.

²Milton Santos (2006) define verticalidades como sendo espaços exógenos ao lugar, um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, que atendem às lógicas hegemônicas de reprodução do capital. Para o autor, as verticalidades produzem tendências à fragmentação espacial.

³ “Entende-se por fragmentação espacial a divisão da cidade em partes (fragmentos), que podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade da matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o grau de integração de cada uma das partes com as demais”. In: LACERDA, N. Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileiras. XIV Encontro da Anpur. Rio de Janeiro, 2011.

ocupação fica restrita aos resíduos da cidade formal, constituindo assim, um sintoma da fragmentação socioespacial.

É dentro desse contexto, portanto, que se pretende discutir os diferentes níveis de integração e fragmentação socioespacial onde se faz presente a atividade turística como essa atividade tem se estruturado e produzido espaço, cabendo a reflexão de como as ações do Estado e do mercado têm induzido transformações e impactado as cidades litorâneas, seja do ponto de vista morfológico, seja sob o aspecto socioeconômico e ambiental. Refletindo, ainda, sobre os tempos destas transformações, seus impactos e quais as alternativas e resistências constituídas.

Com base nos estudos realizados pelos participantes, provenientes de sete instituições distintas, de duas grandes regiões litorâneas (NE e SE), os temas apresentados nos resumos buscam enfatizar alguns dos aspectos supracitados que discutem o papel do turismo no processo de produção do espaço e seus impactos socioespaciais nas cidades litorâneas no Brasil. Trata-se de recorte de uma pesquisa em rede, mais abrangente, sobre cidades litorâneas e produção do espaço no Brasil, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa CILITUR (Cidades Litorâneas e Turismo) que envolve, até o momento, sete instituições de ensino e pesquisa: IFPE, IFRN, UFC, UFPE, UFRN, UFRJ e UFRRJ.

A temática central da Sessão se desdobra em enfoques específicos, a saber. O primeiro trabalho busca apresentar o projeto de pesquisa em rede trabalhado pelo Grupo de Pesquisa CILITUR, abordando seus objetivos, hipóteses, metodologia de análise e os resultados alcançados até o momento. Já o segundo trabalho se debruça sobre as novas formas de fazer turismo no litoral nordestino, dando destaque para os novos meios de hospedagem evidenciados a partir da plataforma colaborativa *airbnb* e suas repercussões espaciais. Já o terceiro trabalho aborda a Região Metropolitana de Natal e a intrincada relação entre turismo, lazer e mercado imobiliário, o que tem gerado uma urbanização mais difusa e fragmentada. Na mesma linha, o quarto trabalho apresenta a fragmentação socioespacial causada pela produção do espaço pelo turismo no litoral pernambucano, evidenciando a estreita relação entre turismo e mercado imobiliário na profusão de empreendimentos turísticos imobiliários tendo no Complexo Reserva do Paiva o seu maior expoente combinando diferentes usos do solo. Por fim, o quinto trabalho trata das favelas cariocas como produto de consumo turístico na linha do turismo de base comunitária.

TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO LITORAL BRASILEIRO: PROCESSOS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Luciano Muniz Abreu (UFRRJ/PPGDT)

Ricardo Alexandre Paiva (UFC/PPG AU + D)

A pesquisa tem como principal objetivo analisar as relações entre a atividade turística, as políticas públicas e seus reflexos na produção social dos espaços litorâneos

brasileiros, enfatizando em que medida essas transformações têm contribuído para a geração de desenvolvimentos desiguais, expressos tanto em escalas regionais quanto locais. Toma como recorte e objeto de estudo as cidades litorâneas tendo na criação do Ministério do Turismo em 2003, seu marco temporal. A pesquisa parte da hipótese de que a (re)produção e a (re)organização do espaço litorâneo em função da atividade turística no Brasil, que tem no Estado e no mercado os seus principais agentes, têm contribuído para a manutenção do desenvolvimento desigual e da inerente aceleração da segregação e exclusão socioespaciais e fragmentação territorial. Esse processo ocorre nas mais diversas escalas, desde a relacionada com a divisão territorial do trabalho, trazendo uma cisão entre Norte e Sul do País, até nas escalas locais, no âmbito do próprio município litorâneo, o que em tese, apenas corrobora com processos e contradições historicamente constituídos. Tem-se como pressuposto, portanto, que embora a atividade turística traga benefícios para a localidade onde se instala, estes não têm revertido em melhorias para as parcelas da população mais vulnerável.

AS NOVAS FORMAS DE SE FAZER TURISMO NO LITORAL NORDESTINO: O AIRBNB E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Josiane do Nascimento Andrade (UFPE/MDU)

João Paulo da Silva (UFPE/MDU)

A pesquisa investiga os avanços da plataforma de hospedagem *Airbnb* no litoral nordestino e as configurações socioespaciais que surgem a partir de sua expansão nas áreas onde modelos hegemônicos e contra hegemônicos de turismo coexistem. De um lado, percebe-se o predomínio de um turismo de alto padrão, que ganha forma por meio dos empreendimentos turísticos imobiliários, *resorts* e hotéis de rede e, do outro, identifica-se o surgimento de modelos alternativos, sobretudo nas comunidades que possuem experiências de turismo de base comunitária (TBC), onde a oferta de meios de hospedagem representa uma de suas potencialidades. Parte-se do pressuposto que embora o turismo imponha sua lógica de organização ao litoral através de formas tradicionais de apropriação, os modelos hegemônicos e contra hegemônicos ali existentes e vêm sofrendo transformações devido à facilidade de acesso e cadastro de imóveis no *Airbnb*. Assim, ao se dimensionar a concentração dos imóveis cadastrados na plataforma ao longo do litoral nordestino e sua repercussão nos espaços dominados pelo turismo convencional e nas comunidades que possuem experiências de TBC, torna-se possível compreender em que medida o uso do *Airbnb* tem influenciado a estruturação desses espaços onde modelos e formas de turismo normalmente se opõem.

ÓCIO E NEGÓCIO IMOBILIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Maria Aparecida Pontes da Fonseca (UFRN)

Wagner Fernandes Costa (IFRN)

O Polo Costa das Dunas, principal região turística do Estado do Rio Grande do Norte, tem se transformado em uma significativa amostra da intrínseca relação entre turismo, lazer e mercado imobiliário. Para comprovar este estreito vínculo, o estudo elabora uma análise espaço-temporal das diferentes fases do processo de consolidação deste encadeamento, evidenciando como tais atividades incrementaram e direcionaram a expansão da atividade imobiliária na Região Metropolitana de Natal (RMN). As segundas residências foram pioneiras na dinamização do mercado imobiliário nas áreas de praia e com o turismo este processo se amplifica e se internacionaliza decorrente da procura de imóveis por uma demanda e investidores internacionais. A difusão das segundas residências para áreas com características mais rurais é uma tendência que vem se verificando nos últimos anos e se constitui um novo produto do mercado imobiliário na RMN, nos municípios de Nísia Floresta, Macaíba e São José de Mipibu. Em decorrência da dinamização do mercado imobiliário verifica-se uma urbanização mais difusa e fragmentada. A metodologia empregada inclui revisão bibliográfica, levantamento de dados na Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN), nos cartórios imobiliários dos municípios e a utilização de informações divulgadas pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil.

O TURISMO E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NO LITORAL PERNAMBUCANO

Cristina Pereira de Araujo (UFPE/MDU)

Adauto Gomes Barbosa (IFPE)

Essa pesquisa apresenta um panorama da produção do espaço urbano nos quinze municípios que compõem o litoral do estado de Pernambuco e evidencia aqueles os quais o turismo protagoniza a cena. Busca compreender em que medida a atividade turística tem contribuído para fragmentar ou integrar o espaço, a partir da identificação dos diferentes padrões de uso e ocupação do solo à beira-mar e suas conexões com o distrito sede. Toma como recorte temporal de análise a atuação do Prodetur/NE que incentivou a indústria turística local e contribuiu definitivamente para a instauração de uma nova divisão territorial do trabalho competindo com a cultura da cana-de-açúcar. Destaca-se a forte presença de empreendimentos turísticos imobiliários, que por definição trata-se tão somente da junção de segundas residências a um resort, geralmente âncora do empreendimento. Porém, em Pernambuco, certos empreendimentos turísticos compõem complexos imobiliários com vários usos do solo, tendo na Reserva do Paiva o seu maior expoente. Aventa-se a hipótese que tais empreendimentos têm ocasionado verdadeiras fragmentações com o seu entorno, seja do ponto de vista socioeconômico, seja do ponto de vista morfológico, ao mesmo

tempo em que se afiguram como resultantes da interescalearidade das ações de distintos agentes capitalistas, sociais e governamentais.

ENTRE O MAR E A MONTANHA: A FAVELA TURÍSTICA E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Sergio Moraes Rego Fagerlande (UFRJ/PROURB)

Se o Brasil tem seu litoral como um grande atrativo para o turismo, isso não é diferente com relação às favelas no Rio de Janeiro. Uma pequena parte dessas favelas se situa na Zona Sul da cidade, em morros com paisagens deslumbrantes, com vista para o mar e as montanhas. São essas comunidades que vem sendo tratadas como favelas turísticas. Desde 1992, as favelas cariocas passaram a ser consideradas como produtos turísticos, o que foi estimulado a partir do interesse gerado por projetos de segurança e infraestrutura ligados a uma nova imagem da cidade para os grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. O interesse do Estado fez surgir projetos de turismo de base comunitária, como o programa Rio Top Tour na Favela Santa Marta, e a partir do PAC Comunidades surgiram também projetos ligados ao turismo comunitário no Cantagalo Pavão Pavãozinho, com a atuação do Museu de Favela MUF. Se por um lado a favela passou a ser vendida como um produto turístico, a atuação comunitária mostra um novo caminho para a atividade, trazendo novas possibilidades para essas áreas sempre excluídas da cidade.